



Suplemento do
Jornal CONTEXTO
PASTORAL nº 33
Julho/agosto de 1996

Debate

Novos desafios no diálogo entre igreja e sociedade

Ninguém discute que a relação entre Igreja e Sociedade existiu ao longo da História. As formas como ela se deu variaram de contexto para contexto — ações assistencialistas, de defesa contra injustiças sociais, de denúncia contra arbitrariedades. Hoje, as mudanças que a sociedade experimenta requerem que as igrejas dêem um salto

de qualidade em suas ações. DEBATE apresenta a temática, discutindo a história da Igreja latino-americana nessa relação, as formas como ela se insere e o papel que devem assumir no mundo às vésperas do terceiro milênio, sejam como protagonistas ou envolvidas em esforços ecumênicos com outros grupos. Páginas 3 a 20



ATUALIZANDO O DISCURSO E A PRÁTICA

Falar da relação entre Igreja e Sociedade não é novidade. Afinal, esses dois setores têm-se inter-relacionado ao longo do tempo, mesmo que de formas diferentes, conforme a conjuntura. Além disso, a relação não é recente. Desde o século II cristãos morriam em nome de Cristo, lutando por uma opção de vida em meio a uma sociedade que os massacrava e confessando seu senhorio sobre qualquer outra forma de imposição.

A História mostra uma relação entremeada de tensões, avanços e impasses. No caso do Protestantismo, que chegou à América Latina nas asas do liberalismo norte-americano, muita luta foi necessária — e ainda é — para que as igrejas se desvincilhassem da postura de insensibilidade ante a realidade sociopolítica, econômica e cultural e entendessem o Evangelho como algo voltado para além da salvação individual e sem qualquer referência aos fatores históricos e sociais determinantes das sociedades latino-americanas. Transformações profundas também mexeram com a forma de as igrejas entenderem sua inserção na sociedade. Nesse sentido, a Junta

Latino-Americana de Igreja e Sociedade (ISAL) cumpriu papel fundamental no início dos anos de 1960, na medida em que levou a luta ideológica para dentro das igrejas.

No âmbito católico-romano, merece destaque o movimento da Ação Católica, que vai desestabilizar o conjunto de Igreja, influenciando novas posturas, e que culminou com a Conferência Episcopal de Medellín (Colômbia), quando a Igreja se volta para o resgate das maiorias empobrecidas do Continente.

De lá para cá, mudanças no quadro econômico e político vividas no País introduziram modificações significativas na dinâmica da relação entre as igrejas e a sociedade, causando profundas inflexões nas formas de organização daquelas e produzindo novos fenômenos religiosos e, por outro lado, novas orientações, perplexidades e interrogações para os aparatos religiosos tradicionais.

É a partir desse pano de fundo que DEBATE oferece aos leitores o suplemento "Novos desafios na relação Igreja e Sociedade". Trata-se de um material rico em informações e reflexões, em que os autores passeiam pela história dessa relação, apresentam depoimentos sobre como diferentes setores do mundo cristão — católicos, evangélicos/protestantes e pentecostais — se situam e agem neste particular e aponta perspectivas e cenários para o envolvimento das igrejas às vésperas do terceiro milênio. Completa o material uma reflexão pastoral sobre a importância da diaconia, como dimensão eclesial que permite uma síntese da vivência de fé comprometida com os desafios da realidade social e política com aquela de maior apelo devocional e "religioso".

A contribuição, como de outras vezes, será estimular o debate entre os cristãos, a fim de que, sob a inspiração do Espírito, percebam o papel que têm a cumprir no âmbito sociopolítico-econômico para a construção de uma sociedade participativa, igualitária e justa. Boa leitura!

DEBATE

Suplemento do jornal
Contexto Pastoral nº 33
Julho/agosto de 1996

Publicação de KOINONIA
Presença Ecumênica e
Serviço (Rua Santo Amaro,
129 – 22211-230 – Rio de
Janeiro RJ,
Tel: 021-224-6713 e
fax: 021-221-3016).

Conselho editorial

Emil Schubert
José Bittencourt Filho
Lúcia Leiga de Oliveira
Rafael Soares de Oliveira
Tânia Mara Vieira Sampaio

Editor

Paulo Roberto Salles
Garcia (MTb 18.481)

Editor assistente
Jether Pereira Ramalho

Editora de arte
e diagramadora
Anita Slade

Redator
Carlos Cunha

Digitadora
Mara Lúcia Martins

Fotolito e impressão
Tipográfica Comunicação
Integrada

Tiragem
10 mil exemplares

IGREJA E SOCIEDADE: DINÂMICA DE UMA RELAÇÃO NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Zwinglio Dias

INTRODUÇÃO

Os destinatários da mensagem bíblica são os humanos vivendo em sociedade. Para quem tem um mínimo de familiaridade com as Escrituras do Antigo e Novo Testamento esta é uma afirmação mais que óbvia. Entretanto, não nos deixemos enganar. Ninguém lê a Bíblia, referencial basilar de três das grandes religiões escriturísticas, sem as mediações de entendimento criadas e reproduzidas continuamente no interior da história. Estas se constituem de conteúdos culturais e ideológicos resultantes, nas suas diferentes formas, dos entrechoques entre os interesses em pugna pelo poder (tanto o micro quanto o macro poder, nas suas mais variadas expressões) dentro das sociedades. Por isso não é tão simples e raso supor a obviedade acima referida.

Há toda uma hermenêutica bíblica que marcou amplos setores da Igreja Universal e, particularmente, de muitas de suas expressões latino-americanas, a qual interpretou (e continua interpretando) os conteúdos bíblicos dispensando a dimensão social da experiência humana. Trata-se de uma aproximação à história de Israel e ao movimento de Jesus e suas resultantes, que ignora o caráter decisivamente relacional da experiência humana, reduzindo o pessoal ao individual e entendendo as ações do Deus bíblico como intervenções que não ultrapassam a esfera da

experiência individual e única de cada ser humano.

Assim, com esta ótica reducionista, a experiência de Abraão é superdimensionada em detrimento de suas consequências — a criação do Povo de Israel. A dimensão coletiva da eleição divina na criação de um instrumento redentor "... e sereis uma bênção para todas as nações" (Gn 12,3) fica subsumida às pretensas qualidades espirituais e religiosas do patriarca israelita. Do mesmo modo a mensagem de Jesus — a proclamação do Reino — lida a partir de claves individualistas perde consistência e conteúdo diante da ênfase numa relação pessoal/individual de corte psico-emocional que exalta sua natureza divina e transforma sua experiência humana num fenômeno sem maior importância.

Este tipo de tratamento dos conteúdos da revelação bíblica influenciou sobremaneira a história do desenvolvimento da Igreja e contribuiu de forma decisiva para a mutilação e deformação do sentido do Evangelho, com a consequente criação de formulações religiosas que longe estão de expressarem o sentido real do movimento de Jesus e da proposta de organização comunitária dela resultante — a Igreja.

As controvérsias, lutas e até guerras havidas durante os quase vinte séculos do Cristianismo tiveram (e continuam tendo) algumas de suas principais razões na dinâmica gerada pela relação da

As igrejas, que vão expressar historicamente no Continente a herança eclesiástico-institucional da Reforma, vão se mostrar insensíveis à realidade sociopolítica, cultural e econômica da América Latina e difundir no interior de suas sociedades um evangelho marcado pelo american way of life

Igreja com a sociedade. E isto já é patente nas páginas mesmas das Escrituras. Israel foi constituído para tornar-se um povo para os demais. Jesus se levanta como o exemplo maior de um homem para os outros (Bonhoeffer) e a Igreja se constitui entre judeus e gentios para ser luz para todas as nações até aos confins da terra.

Nesse longo processo, no entanto, as interpretações bíblicas e as formulações teológicas e dogmáticas quase nunca corresponderam às práticas institucionais desenvolvidas pela Igreja Cristã nas suas mais diferentes expressões históricas. À guisa de exemplo lembraria o processo de constantinização da Igreja, a partir do século IV, com seu crescente envolvimento político-social a ponto de constituir-se num Estado poderoso capaz de influir decisivamente na vida social, política e econômica da

Europa. No eixo da Reforma Protestante do século XVI vamos nos deparar com um envolvimento marcante dos reformadores na reforma não apenas do aparato institucional eclesiástico, como com a reforma mesma das sociedades onde o movimento conseguia se impor. A Reforma consolidou-se gerando um período de guerras de quase um século! Sem a proteção interessada do Príncipe da Saxônia, em pugna com o Vaticano por questões de impostos, talvez a história de Martinho Lutero não tivesse tido a repercussão e as consequências que teve.

Podemos observar, pois, que a incidência do Evangelho no conjunto das relações sociais que conformam as sociedades é de tal monta que reduzi-las ao plano meramente individual é tão ridículo quanto irresponsável.

IGREJA E SOCIEDADE NA AMÉRICA LATINA

O Protestantismo, que se estabeleceu na América Latina a partir de meados do século passado, chegou nas asas do liberalismo triunfante na América do Norte. Já veio, pois, prisioneiro de uma contradição que opunha o indivíduo à sociedade e interpretava o Evangelho como uma mensagem de salvação voltada apenas para aqueles. Seu déficit sociológico era gritante já que adotava uma visão simplista de sociedade, compreendida como a mera somatória de indivíduos. As igrejas, que vão expressar historicamente no Continente a herança eclesiástico-institucional da Reforma, segundo o viés de sua naturalização sociocultural norte-americana, vão se mostrar insensíveis à realidade sociopolítica, cultural e econômica da América Latina e difundir no interior de suas sociedades um

evangelho marcado pelo *american way of life* que caracterizava as matrizes missionárias naquele momento. Um evangelho voltado para a salvação individual sem nenhuma referência aos fatores históricos e sociais determinantes das sociedades latino-americanas. Pensava-se (e se continua pensando) que a produção e reprodução de bons cristãos (aqueles ligados à tradição protestante/evangélica) seria o suficiente para a transformação para melhor das sociedades latino-americanas. Foi prisioneira desta perspectiva que a obra missionária tomou fôlego e corpo.

cial exportado também para outras partes do globo.

Entretanto, a história real seguia seu rumo. Os eventos de ordem política, social, econômica e cultural continuavam sulcando os caminhos das sociedades latino-americanas. Transformações profundas foram se sucedendo. A dominação dos mais fortes e mais espertos, tanto no plano internacional quanto nacional, foi-se tornando mais óbvia. Guerras, revoluções, transformações econômicas, movimentos migratórios internos e externos, crescimento da miséria, da violência e da fome, paulatinamente foram demonstran-



As CEBs oferecem um novo rosto para a Igreja na América Latina e particularmente no Brasil

As igrejas, segundo o modelo missionário, se reproduziram multiplicando-se por todo o Continente. Códigos de conduta pessoal, moralistas e severos, foram impostos para modelar indivíduos nos duros embates do aperfeiçoamento pessoal. A dicotomia Igreja e Sociedade (esta entendida como mundo, no seu viés moralizante) passou a marcar o cotidiano das instituições eclesiásticas, como expressão do modelo eclesiológico matri-

do a falácia da estreita visão socioantropológica das igrejas no Continente. Junte-se a isso a influência de novas conceituações no campo das ciências humanas e sociais e o crescimento e influência de novas abordagens bíblico-teológicas, tanto na Europa quanto na América do Norte, que passaram a oferecer perspectivas bíblicas diferentes para a compreensão da interação homem e sociedade e do papel da Igreja no interior dessa dinâmica.

Os reflexos das lutas sociais, as seqüelas desumanizantes da consolidação do capitalismo, as análises científicas da realidade social com a formidável incidência das teorias marxistas, despertaram as igrejas até então ingenuamente adormecidas ao embalo do liberalismo individualista.

As sucessivas conferências evangélicas latino-americanas, paulatinamente, foram descobrindo a realidade cruel das sociedades do Continente. Sob a influência do movimento ecumênico, que ia tomando forma no Hemisfério Norte, as igrejas começaram a abrir os olhos para o seu entorno social. A princípio timidamente e, logo depois, com mais e mais veemência, segmentos importantes começaram a se perguntar pela resposta do Evangelho para a situação socioeconômica e política experimentada pela maioria dos povos do Continente.

Com o recrudescimento da violência institucional, com a consolidação dos interesses imperialistas norte-americanos e com os esforços de segmentos sociais comprometidos com a mudança das relações injustas predominantes, setores importantes das Igrejas, tanto no âmbito romano-católico quanto no protestante/evangélico, começaram a elaborar novas aproximações bíblico-teológicas para darem conta da responsabilidade social das igrejas enquanto participantes dos processos socio-políticos de construção de nacionalidades e co-formadores de uma cidadania responsável.

É no bojo desse processo que em 1961 se constitui a Junta Latino-Americana de Igreja e Sociedade (ISAL) a partir de decisões informadas pelas discussões que se vinham desenvolvendo no interior das Conferências

Os reflexos das lutas sociais, as seqüelas desumanizantes da consolidação do capitalismo, as análises científicas da realidade social, com a formidável incidência das teorias marxistas, despertaram as igrejas até então ingenuamente adormecidas ao embalo do liberalismo

cias Evangélicas Latino-Americanas. Este movimento no interior das igrejas protestantes/evangélicas latino-americanas era caudatório, de um lado, da crescente influência e penetração do Movimento Ecumênico nascido na Europa e na América do Norte, e, de outro, do Movimento Estudantil Cristão representado pela Federação Mundial de Estudantes Cristãos. O recrudescimento das lutas políticas-ideológicas na América Latina e Caribe, no bojo da guerra fria, com a crescente intervenção dos interesses norte-americanos na determinação dos destinos políticos das nações ao sul do Rio Grande, trouxe a luta ideológica para dentro das igrejas ao colocar a sociedade, com suas complexidades, como centro das atenções da intervenção eclesial em substituição ao indivíduo socialmente desencarnado.

No âmbito romano-católico vamos observar um processo semelhante ao redor da criação do movimento da Ação Católica, com suas ênfases setoriais (Ação Católica Universitária, Ação Católica Operária, etc) que vão impactar e desestabilizar o conjunto de Igreja, influenciando novas posturas, gerando rupturas nas hierarquias e dividindo o episco-

pado. A partir de 1968, com a Conferência Episcopal de Medellin, Colômbia, a Igreja rompe oficialmente com a postura tradicional de aliança com os setores dirigentes e se volta para o resgate das maiorias empobrecidas do Continente.

Assim, a partir dos anos de 1960 um novo olhar sobre as sociedades latino-americanas e caribenhais é lançado pela maioria das igrejas. Isso não é garantia, no entanto, de um compromisso definitivo e consistente. Na verdade, a sociedade, ao entrar no campo de mira das igrejas, cindiu-as. Isto quer dizer que a luta político-ideológica se torna patente no interior do campo eclesiástico desmascarando a falsa neutralidade de grande parte de seus atores, abrindo novas formulações teológicas e novas práticas eclesiais e colocando igrejas e setores de igrejas lado a lado com outros segmentos sociais nas lutas em favor dos setores mais sofridos das sociedades do Continente.

IGREJA E SOCIEDADE: DA "AÇÃO SOCIAL" AO EMBATE POLÍTICO — UM RELATO

O processo de tomada de consciência das igrejas de sua responsabilidade social, no âmbito das sociedades latino-americanas, evoluiu rapidamente com a "descoberta" do caráter eminentemente político de suas ações nesse campo. Dois fatores importantes, um interno e outro externo, foram responsáveis por essa mudança no panorama eclesiástico do Continente. Internamente, observamos a gravitação de uma nova maneira de pensar teológico-doutrinária gerada principalmente pelo processo reflexivo lançado por ISAL e por diferentes organismos da Ação Católica. A busca de compreensão

são do que realmente acontecia nas sociedades latino-americanas e às tentativas de encontrar respostas bíblico-teológicas que orientassem uma nova atitude das igrejas dentro das sociedades onde se encontravam deu origem a uma nova teologia que desenhava no horizonte a proposta de uma nova forma de ser Igreja no Continente.

No final da década de 1960 e princípios da década de 1970 esse processo já se encontra consolidado e é sistematizado com trabalhos teológicos de alguns autores que inauguraram, assim, uma nova maneira de fazer teologia no Continente. Do lado protestante se destacam Rubem Alves, no Brasil, e Miguez Bonino, na Argentina; no campo católico-romano, Gustavo Gutiérrez, no Peru, e Hugo Assmann, brasileiro radicado à época, no Chile. Evidentemente muitos outros nomes vão se juntar a esses em ambos os campos. Importante registrar ainda a formação de grupos de estudo e ação entre sacerdotes e pastores em vários países que vão tentar expressar, em suas atividades pastorais, os principais elementos destas novas formulações; ou, ao contrário, vão partir de suas práticas pastorais para sistematizar uma nova compreensão do papel da Igreja no campo sociopolítico. Assim, surge no mundo eclesiástico latino-americano a Teologia da Libertação.

O fator externo a que aludimos tem a ver com o contexto latino-americano especialmente no que se refere às questões de ordem social, econômica e política que marcaram a vida das sociedades no Continente nas décadas de 1960 e, principalmente, de 1970. Dado o incremento da guerra fria, em função do crescimento das lutas de libertação dos países do Terceiro Mundo e

os novos pactos entre os países industrializados do Ocidente de reforçar seus processos acumulativos e ao mesmo tempo conter e desestabilizar o chamado mundo socialista, capitaneado pela então União Soviética, novos modelos de divisão internacional do trabalho e novas formas de organização da ordem político-social e econômica dos países do Continente foram impostos com a criação de estados autoritários, baseados no poder militar, os chamados "Estados de Segurança Nacional". Regimes ditatoriais foram se estabelecendo em vários países, substituindo os governos civis das elites

A partir dos anos de 1960 um novo olhar sobre as sociedades latino-americanas e caribenhas é lançando pela maioria das igrejas. Isso não é garantia, no entanto, de um compromisso definitivo e consistente

latino-americanas consideradas, pela nova lógica do *College of War* de Washington, de incapazes de conter o avanço do comunismo internacional e preservar os interesses da economia de mercado do então chamado "Mundo Livre". O autoritarismo militar rasgou constituições, ignorou direitos populares conquistados em longas e penosas lutas políticas, supriu os direitos humanos em aras do progresso, do desenvolvimento e da defesa de supostos interesses nacionais, aprisionando, torturando, "desaparecendo" e exilando lideranças políticas, religiosas, sindicais e qualquer cidadão

considerado suspeito de atitudes contra o Estado todo-poderoso.

As reações da sociedade civil não se fizeram esperar. O fervor nacionalista e internacionalista especialmente entre os jovens, inspirados pelas revoluções socialistas já estabelecidas, pela revolução cubana, pelas lutas de libertação do jugo imperialista ocidental na África e na Ásia (especialmente a trágica e heróica guerra do Vietnam, cujo povo derrotou sucessivamente os franceses e os norte-americanos no campo de batalha!) inaugurou um rosário de guerras e guerrilhas por toda a América Latina. A repressão militar tornou-se ainda mais violenta e as igrejas se viram no meio de um conflito de enormes proporções ante o qual não podiam não deixar de se pronunciar.

AS IGREJAS REAGEM

A Igreja Católica, através do pronunciamento da Conferência Episcopal Latino-americana, reunida em Medellin, Colômbia (1968), foi taxativa: anunciou sua "opção preferencial pelos pobres e jovens", denunciando os regimes militares e chamando a atenção para o processo de empobrecimento da grande maioria dos povos do Continente. A partir desse desatrelamento da Igreja das políticas dos estados, verdadeira separação entre trono e altar, muitos bispos anunciaram atitudes heróicas e corajosas em favor das lutas populares, pela prevalência dos direitos humanos e contra os regimes autoritários.

No mundo protestante muitos setores das igrejas fizeram a mesma opção. Mas, na sua maioria, os dirigentes eclesiásticos, por sua profunda identificação com os valores do *american way of life* e do anticomunismo

ingênuo, vão cerrar fileiras com os governos autoritários, tentando ocupar o espaço que até então era preenchido pela Igreja Católica. Isto no plano institucional, o que é significativo mas que não dá conta da totalidade dos fatos. As igrejas evangélicas, na sua condição de representantes de expressões religiosas minoritárias, não podem, institucionalmente falando, ser comparadas com a Igreja Católica, dada a força sociopolítica e simbólica desta.

Por outro lado, a eclesiologia protestante não oferecia às igrejas condições de intervenção no espaço sociopolítico e cultural (simbólico). A perspectiva individualista, tão cara aos protestantes, sobra entre estes e falta aos católicos. Assim as atitudes dos protestantes diante da ditadura dependem muito mais do nível de consciência política dos membros das igrejas do que dos documentos ou posturas de seus dirigentes. Milhares de protestantes sofreram as consequências diretas de sua oposição ao regime, com ou sem o apoio de suas organizações eclesiásticas, embora os aparatos institucionais de suas agremiações religiosas, ou se mantiveram eqüidistantes dos acontecimentos ou "fecharam" com a ditadura. No caso católico-romano, amplos setores do aparato institucional foram atacados pela ditadura por causa da posição antagônica de seus principais agentes (os bispos). Daí a repercussão maior, proporcionalmente falando, é claro, na opinião pública, tanto nacional quanto internacional.

AS IGREJAS SE REORGANIZAM NAS BASES

Fenômeno importante nesse período foi o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base

A luta político-ideológica se torna patente no interior do campo eclesiástico, desmascarando a falsa neutralidade de grande parte de seus atores, abrindo novas formulações teológicas e novas práticas eclesiás e colocando igrejas e setores delas lado a lado com outros segmentos sociais nas lutas em favor dos setores mais sofridos das sociedades do Continente

(CEBs), que perduram até hoje como um novo modo de ser Igreja, especialmente da Igreja Católica, nos últimos trinta anos oferecendo um novo rosto para a Igreja na América Latina e particularmente no Brasil. O esgarçamento do tecido social brasileiro, em função do esgotamento do modelo de organização tradicional da sociedade, pelo processo de modernização econômica imposto de fora para dentro, por um lado, e a impossibilidade da Igreja manter o seu modelo tradicional de atendimento pastoral, não mais operativo em função das novas condições sociais, fizeram com que novos setores na base da sociedade, católicos e desejosos de expressar sua fé mesmo sem a assistência direta de um agente religioso, tomassem a iniciativa de organizarem-se em pequenas comunidades, reunidas por interesses comuns, tanto religiosos como seculares, e buscassem a cooperação de hierarquia. Esta, percebendo o potencial de reorganização eclesial presente em tais ini-

ciativas, prontamente atendeu suas reclamações. Assim se formou uma rede formidável de comunidades tanto no campo como nas grandes áreas urbanas, preservando o modo católico de ser cristão e oferecendo, especialmente aos setores empobrecidos, um espaço privilegiado para suas lutas reivindicativas enquanto cidadãos e, à estrutura eclesiástica, uma base popular de manutenção muito mais operacional e importante, que o difuso catolicismo privatizado (cf. Pedro R. de Oliveira) da grande maioria dos brasileiros.

Os encontros nacionais de CEBs pouco a pouco foram se tornando em espaços de mobilização política e plataforma de reivindicações populares com intensa projeção nas lutas políticas dos últimos vinte anos. Pausatinamente, em meio às tensões criadas pelas reivindicações das bases e pelos interesses institucionais representados pela hierarquia com suas divisões internas, o fenômeno das CEBs consolidou-se no interior da Igreja Católica e, mais do que isso, acrescentou uma dimensão ecumênica nova no interior do campo eclesiástico brasileiro. Pois desde seus primórdios o movimento das CEBs teve um caráter aberto uma vez que as comunidades na base, ao tratarem de questões de sua sobrevivência, sempre incluíram os irmãos e irmãs de outras confissões. Embora em número reduzido, essa presença é significativa e marcante porque atesta o fato de que a aproximação entre cristãos e destes com as demais religiões é importante demais para ser deixado apenas nas mãos dos dirigentes eclesiásticos.

No mesmo período se observa um enorme crescimento das igrejas de corte pentecostal. Esse fato tem a ver diretamente

A nova realidade econômica e política vivida pelo País introduziu modificações significativas na dinâmica da relação entre as igrejas e a sociedade, produzindo novos fenômenos religiosos e novas orientações, perplexidades e interrogações para os aparatos religiosos tradicionais

com os processos de transformação social do País e da América Latina como um todo. São igrejas de caráter massivo que atendem às necessidades psicossociais e religiosas de uma massa enorme de deserdados que ou não encontraram lugar nas estruturas do Catolicismo ou foram tolhidos no seu desenvolvimento humano pelas perversas consequências do modelo socioeconômico implantado no Brasil. Crescendo rapidamente nos momentos de pico do processo caótico de urbanização (décadas de 1950 e 1960), essas igrejas concentraram-se, primordialmente, nos centros urbanos e se caracterizaram por um rechaço absoluto de todos os valores da chamada modernidade. Para a imensa maioria de seus fiéis, isso significou apenas sofrimento, desinstalação permanente, perda de suas raízes culturais mais queridas.

Herdeiras de uma eclesiologia protestante, as igrejas ditas

pentecostais combinaram, no plano sociopolítico, essa recusa dos valores da modernidade com a herança do individualismo protestante num contexto de autoritarismo estrutural próprio da sociedade tradicional brasileira. Preocupados em encontrar respostas imediatas para seus males cotidianos, como falta de emprego, ausência de serviços médicos, aposentadoria condizente, educação básica, etc, entregaram-se ao universo fantástico-maravilhoso, encontrado na Bíblia e condizente com o mundo simbólico da matriz cultural brasileira (cf. José Bittencourt Filho). Ali a preocupação pelo social e pelo político não tem lugar ou se tem é na base do clientelismo peculiar da estrutura socioeconômica nacional.

Aqui também, entretanto, à semelhança do que ocorreu com as igrejas do Protestantismo Histórico, os fiéis pentecostais em matéria sociopolítica, dependendo de seu nível de politização, foram sempre cidadãos antes que crentes. A história recente do Brasil está cheia de lideranças populares, sindicais e até de partidos políticos que se tornaram heróis anônimos na luta contra os regimes autoritários, nem sempre reconhecidos por suas agremiações religiosas, mas que souberam combinar muito bem seu compromisso religioso, pentecostal, com sua responsabilidade cidadã, em defesa da justiça, da liberdade e por um País fraterno e justo.

RESUMINDO...

As relações entre igreja e sociedade são complexas e interde-

pendentes. É verdade que a sociedade no seu conjunto determina as formas socioculturais e influencia grandemente a constituição do conjunto simbólico-religioso que dá forma às igrejas. Estas, por sua vez, ajudam a desenhar o horizonte de valores, éticos, estéticos e morais, normativos do comportamento do conjunto da sociedade. No caso brasileiro, nos últimos trinta anos, a inflexão da influência eclesiástica no panorama nacional foi significativa e, muitas vezes, decisiva na determinação de mudanças conjunturais importantes. A inauguração de um estado neoliberal, em tudo enquadrado nas políticas de reajuste estrutural imposta pelo reordenamento, em escala mundial, do capitalismo, mercê da globalização da economia que seguiu vertiginosamente ao fenecimento da experiência socialista, trouxe novas consequências para o campo religioso brasileiro. A nova realidade econômica e política vivida pelo País introduziu modificações significativas na dinâmica da relação entre as igrejas e a sociedade, causando profundas inflexões nas formas de organização daquelas e produzindo novos fenômenos religiosos e, por outro lado, novas orientações, perplexidades e interrogações para os aparatos religiosos tradicionais.

Zwinglio M. Dias, professor visitante do Curso de Mestrado em Ciências da Religião da UFJF, pastor da Igreja Presbiteriana Unida e integrante da equipe de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

MUITO ALÉM DO ASSISTENCIALISMO

Luiz Longuini Neto

O tema não é atual, contudo é relevante. Pensar a relação dos cristãos com a sociedade pode ser algo simples. Todo cristão vive em sociedade, portanto relaciona-se com ela como qualquer outra pessoa. Não é bem assim. Pensar essa relação na perspectiva da fé, do compromisso eclesial e do Reino de Deus, requer de nós um exercício mais aprofundado.

Perguntar-se por essa relação é tentar entender o martírio dos cristãos do século II. Morriam em nome de Cristo, confessando seu senhorio sobre todas as outras formas de imposição. Morriam por uma opção de vida em meio a uma sociedade que os massacrava.

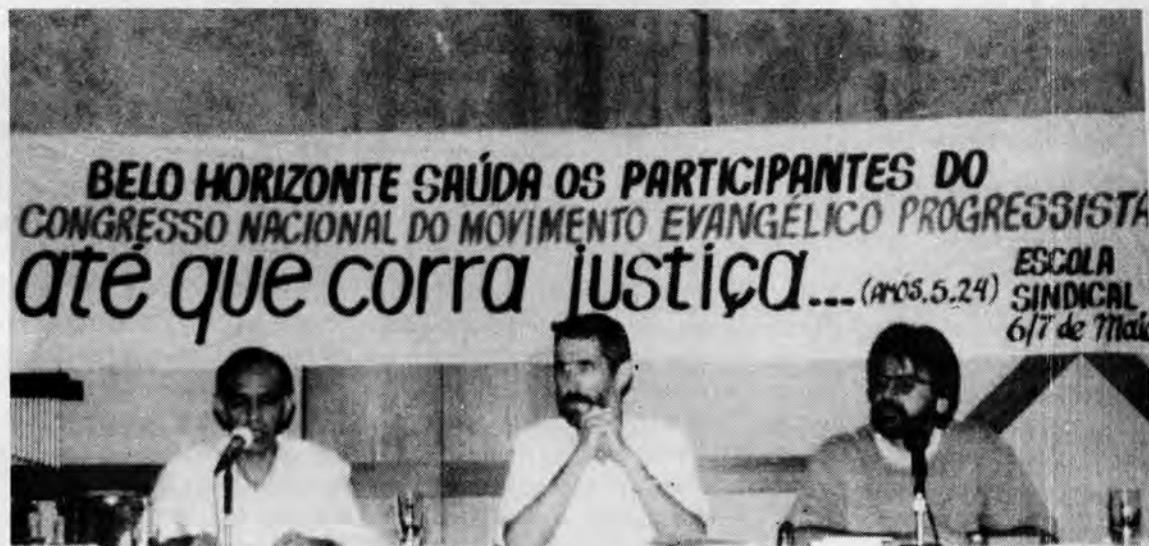
No século XVI, mais precisamente em 1525, camponeses que

lutavam para sobreviver e pelo direito a ter comida foram massacrados pelos senhores feudais, numa aliança que uniu pela primeira vez depois da Reforma Religiosa (1517) católicos e protestantes. O movimento anabatista radical tinha uma posição clara sobre a relação da Igreja e a Sociedade. Afirmavam a separação entre a Igreja e o Estado e a eclesiologia que defendiam estava baseada nas congregações locais, não como fuga da sociedade, mas como sementes de uma nova ordem social que tinha como base a adesão pessoal (batismo de adultos) e uma fé comprometida. Para os anabatistas ninguém nasce na igreja ou cristão. É preciso aderir voluntariamente a ela e tornar-se cristão

por uma decisão pessoal de entrega a Cristo.

Essa atitude diante da relação da Igreja com a Sociedade estava firmada na crítica à antiga postura que vigiou durante a Idade Média, quando a Igreja muitas vezes era confundida com a Sociedade e esta com a Igreja. Havia uma troca das funções sociais de ambas as instituições e não se sabia ao certo onde começava ou terminava o poder temporal e o poder espiritual.

Ainda nessa mesma linha, Martinho Lutero e João Calvino pensaram teologicamente a questão. Para aquele, o poder temporal e o poder espiritual deveriam ser administrados por dirigentes que pertenciam a dois reinos distintos. Surge então a teologia luterana dos dois rei-



O MEP, que realizou seu primeiro congresso este ano, tem grande possibilidade de articular de forma nova a relação Igreja e Sociedade

nos. Calvin articula o pensamento na direção de uma igreja visível ou militante e outra invisível ou triunfante. Este, influenciado por Santo Agostinho, formula sua doutrina com base no fato de que somente na igreja invisível poderia se pensar no *numerus praedestinatirum*.

Os movimentos mais conhecidos que se seguiram após a Reforma, como o puritanismo e o pietismo, traziam claras propostas, não da relação destes com a sociedade, mas de como a queriam. Ambos foram movimentos revolucionários em suas origens. Como entender também o movimento metodista senão à luz das profundas transformações sociais que o mesmo propugnava para a esfacelada, decadente e opressora sociedade inglesa do século XVIII?

QUE RELAÇÃO É ESSA?

O tema é relevante não pelo fato de analisarmos a relação dos evangélicos com a sociedade. Está claro que a relação existe. A pergunta para nós hoje é: Como se dá tal relação? Quais as forças que estão por trás das nossas propostas pastorais? A quem servimos com nossos projetos de ação social ou serviço social? Estamos simplesmente legitimando as classes sociais existentes ou temos uma visão clara, definida sobre as transformações necessárias para a nossa sociedade? Que significado têm as declarações da Rede Globo ou Manchete nos seus bruxuleantes e estapafúrdios programas de reportagem sobre drogas no Rio de Janeiro de que os evangélicos constituem hoje a única força respeitada nos morros da cidade? Respeitada por quem? Que significa para nós o fato de que Queimados, um dos mais populares e violentos municípios da Baixada Fluminense, tem mais

de metade de sua população constituída por evangélicos? Estaria certo meu amigo Ricardo Gondim quando afirmou: "Nós vamos continuar ganhando milhares de pessoas para Cristo, mas não vamos influenciar a sociedade"?

Faz-se necessária uma profunda reflexão não sobre a rela-

As igrejas do protestantismo histórico encontram-se numa crise sem precedentes.

Estão perdidas em meio a um assistencialismo sem objetivo e não conseguem dar um passo além do que manter uma creche ou distribuir sopão para os mendigos

ção em si — porque nos relacionamos, quer queiramos ou não. Precisamos refletir sobre a forma como isso se dá: nossas alianças, nossas estratégias, nossas propostas pastorais, nossos conceitos de missão e de evangelização.

Os recentes estudos sobre o protestantismo — e em especial sobre o pentecostalismo latino-americano — demonstram que, se por um lado, a postura do pentecostalismo clássico historicamente foi entendida como uma fuga do mundo, hoje em dia o mesmo pentecostalismo, influenciado pelo pentecostalismo autônomo com suas ênfases na teologia da prosperidade, na cura e no exorcismo, caracteriza-se pela conquista do mundo.

As igrejas do protestantismo histórico, que tradicionalmente tinham uma postura de "convi-

vência pacífica" com a sociedade tentando influenciá-la por meio da conversão das elites com seus colégios, educandários, hospitais e orfanatos, encontram-se numa crise sem precedentes. É a mesma crise dessas instituições que defendiam e do projeto que as sustentavam. Estão perdidas em meio a um assistencialismo sem objetivo e não conseguem dar um passo além do que manter uma creche ou distribuir sopão para os mendigos. Tudo isso após muita discussão se esse dinheiro não deveria ficar na poupança ou então ser utilizado para comprar os bancos novos da igreja, reformar o telhado do templo. Como o pastor é desses jovens progressistas, ele acaba vencendo a discussão e realiza o trabalho social com sua esposa e mais três jovens da comunidade que são filiados ao PT e que vivem em constantes crises sem saber se o que fazem está correto ou não.

No âmbito dos movimentos ou das ONGs evangelicais, há uma grande interrogação e pequenos sinais de esperança. A interrogação está no fato de que instituições como Visão Mundial, Visão Nacional de Evangelização (Vinde), Aliança Bíblica Universitária (ABU), Fraternidade Teológica Latino-Americana (FTL), Associação Evangélica Brasileira (AEVB) nunca conseguiram avançar em suas propostas assistencialistas. Vivem a síndrome do evangelho "Sílvio Santos". Explico. Dominicalmente o maior animador de programas de auditório do Brasil entrega prêmios e mais prêmios, casas, carros, para uma quantidade imensa de pessoas. Que eu me lembre isso já dura trinta anos. Acontece que não há solução real para a vida dessas pessoas e dos demais brasileiros. Não há transformação nas estru-

turas da sociedade brasileira porque aquilo que ele dá não faz frente à enorme estrutura que legitima um sistema opressor e injusto do Brasil. Assim são essas instituições. Estão desenvolvendo um tipo de trabalho social (muitas vezes necessário) que provoca uma melhora parcial, mas não existem propostas claras quanto a uma intervenção concreta na sociedade ou nas relações sociais para transformar a realidade que domina hoje o País.

SINAIS DE ESPERANÇA

Sim, os sinais de esperança existem. Certos evangélicos estão abandonando a perspectiva de um puro e inocente assistencialismo, que visava única e exclusivamente ajudar o necessitado na esperança de que ele mais tarde viesse a integrar os quadros das denominações evangélicas, e partindo para trabalhar com o horizonte maior da cidadania, o respeito ao ser humano e o resgate da dignidade.

Existe possibilidade de mudarmos esse antigo quadro quando líderes da AEVB escolhem o caminho das alianças estratégicas para reforçar a sociedade civil. O grande exemplo é o Movimento Viva Rio, e digno de nota foi a "Passeata pela Paz". A Fábrica de Esperança, projeto da Vinde e que conta com apoio de inúmeras empresas e pessoas que não são evangélicas, está deixando o trabalho do serviço social para lançar-se com profundidade na ação social e cultural, no trabalho mais amplo de prevenção, de formação, de profissionalização de jovens e de

Os sinais de esperança existem quando certos evangélicos abandonam a perspectiva de um puro e inocente assistencialismo e partem para trabalhar com o horizonte maior da cidadania

trabalho concreto de apoio às comunidades cristãs de inúmeras favelas para que elas possam evangelizar e redescobrir os novos caminhos da missão.

Outro exemplo é o da Visão Mundial, que historicamente tem trabalhado com um tipo de assistencialismo evangélico propugnado pelas cúpulas internacionais, mas que na base não pode ser controlado. Sua equipe há muito vem desenvolvendo projetos de pastoral popular, extremamente comprometidos com o povo pobre e tem contribuído para criar uma nova mentalidade entre os evangélicos brasileiros.

O último exemplo, mas não menos importante, é onde na minha opinião reside a maior esperança. Trata-se do Movimento Evangélico Progressista (MEP), que tem a grande possibilidade de articular a relação Igreja e Sociedade de maneira diferente do que até então tem acontecido com as igrejas evangélicas no Brasil. Esse desafio será feito por um simples motivo: articula a relação do político e do social à luz da fé cristã comprometida. O MEP está trabalhando em nível de compromisso social com aqueles que já militam na políti-

ca partidária e são crentes. Através desta síntese estaremos, quem sabe, imunes, no futuro, de políticos evangélicos que reforçaram o "Centrão", daqueles que negociaram cinco anos de mandato para o presidente José Sarney em troca de benefícios como a concessão de emissora de rádios e de canais de televisão. Enfim, poderemos nos livrar de um tipo de evangélico que tem um modo de relação com a sociedade que não queremos ter, o servilismo às classes dominantes, o fisiologismo político, o compromisso com as elites ricas deste país que exploram a gente pobre, e da manutenção de uma proposta eclesial que reforça o uso da religião para interesses próprios e para explorar os menos favorecidos.

A relação dos cristãos de qualquer linha ideológica entre a Igreja e a Sociedade existe e sempre existirá, o importante é sabermos e refletirmos de que tipo é. Prefiro seguir a orientação que tem sido a nossa conduta nos últimos anos. Lutamos por uma pastoral, por uma evangelização e por uma missão da Igreja que tenha bem claro diante de si que nossas ações interferem (e precisam interferir) na sociedade para transformá-la à luz dos valores do Reino de Deus e a serviço dos mais necessitados.

Luiz Longuini Neto, pastor presbiteraliano (IPB), mestre em Ciência da Religião e doutorando em Missiologia e Pastoral. Integra a equipe de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

PENTECOSTAIS E SOCIEDADE: UMA HISTÓRIA DE DESEJOS

Alexandre Brasil Fonseca

Para as ciências sociais as igrejas pentecostais são aquelas onde acredita-se na contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, relacionada ao avivamento da "Rua Azuza". Nessas igrejas fenômenos como os de "cura divina" ou glossolalia (falar em línguas estranhas) são comuns. Para o senso comum os pentecostais são comumente associados a fanatismo e ignorância, pessoas humildes que "fazem muito barulho" e que se vestem de forma cafona. Seus rituais caracterizam-se por altos e alegres cantos e por preces as quais os fiéis falam e gritam a uma só voz. Nas grandes cidades também é comum percebermos a "inconveniente" presença de pregadores pentecostais com suas pequenas caixas de som, marcando presença por canticos e palavras inflamadas, jogadas "ao vento".

No imaginário popular essa ainda é a imagem mais forte existente em relação aos pentecostais. Contudo, a recente evidência do que se convencionou chamar de neopentecostalismo obrigou as pessoas a relativizarem essa visão. Temos, paralelamente à disseminação da "teologia da prosperidade", o fortalecimento de grupos como os Atletas de Cristo ou a Adhonep (Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno), o surgimento de uma série de Artistas de Cristo, além de pastores e bispos estilo classe média da Igreja Universal do Reino de Deus.

Atualmente uma das principais características das igrejas pentecostais é sua extrema hete-

rogeneidade. Uma série de tipologias são criadas e a cada dia se torna mais difícil fazer generalizações em relação ao pentecostalismo evangélico no Brasil, tornando-se fundamental considerar suas peculiaridades internas.

Outro fator importante é a singularidade do discurso pentecostal. Há, entre os fiéis dessas igrejas, uma grande valorização da "palavra": na palavra escrita, Bíblia, e na palavra pregada, sermões e testemunhos. Uma espécie de *marketing* constante é buscado, e assim nos deparamos com uma massa de pessoas que se caracterizam por um constante proselitismo, segundo o qual, dentro do imaginário pentecostal, os fiéis devem proclamar a todo momento e instante as maravilhas de Deus em sua vida. Todas as experiências são interpretadas a partir desse código religioso próprio.

Para os que não comparti-

lham dessa fé, torna-se um difícil exercício perceber o que está além da fala/discurso dos pentecostais. O caminho mais natural é rotular esses fiéis de alienados ou fanáticos. A fé pentecostal, ao caracterizar-se por um linguajar próprio (André Corten, *O Pentecostalismo no Brasil: Emoção do pobre e romantismo teológico*, Vozes; no prelo), exige daqueles que desejam dialogar ou compreendê-los um esforço para que vejam além do verbalizado e possam perceber suas práticas. Tudo o peso e valorização da palavra/pregação funciona como uma espécie de cortina de fumaça em relação às práticas sociais desses grupos.

Feitas essas observações iniciais, podemos apontar duas grandes formas de participação dos pentecostais em nossa sociedade, demarcadas a partir de trechos bíblicos e contextos sociais específicos.



Douglas Mansur

Hoje os pentecostais não limitam sua atuação às pregações de rua, mas desenvolvem projetos na área social

ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESEJOS DE CIDADANIA

Uma primeira forma de participação de pentecostais na sociedade é motivada pelo texto onde Jesus afirma que seus seguidores devem “amar o próximo como a si mesmos”. A assistência social sempre foi algo bastante disseminado entre os pentecostais. Menos preocupados que os evangélicos históricos com a dicotomia entre evangelização e assistência social, essas igrejas sempre foram marcadas pela existência de ajuda mútua entre os fiéis. A “comunidade de irmãos” funciona como um espaço de assistência, voltada principalmente para os “domésticos na fé” e para aqueles “amigos do Evangelho” que se encontram num processo de aproximação/conversão. Em igrejas do pentecostalismo histórico essa prática de assistencialismo está intimamente ligada a um fervor religioso e devoção específicos que são encarnados nas “mulheres de oração” da Assembléia de Deus, por exemplo.

A possibilidade de serem oferecidos serviços que voltem-se para além da simples assistência esbarra na limitação técnica dos membros dessas igrejas. Porém, é possível perceber um processo interessante: com uma qualificação maior dos fiéis — geralmente membros pertencentes à segunda ou terceira geração após a conversão de suas famílias — essas igrejas passam a ter membros com maior qualificação, os quais se tornam responsáveis por uma ação menos assistencialista, oferecendo cursos profissionalizantes ou de conscientização em relação à higiene, entre outros, numa maior contribuição às comunidades em que estão inseridas.

Outra forma de participação de pentecostais na sociedade

Em época que está na moda falar-se em cidadania, muitas igrejas adotam esse discurso em suas práticas. Com isso, presenciamos a criação de vários centros de assistência e um maior apoio institucional a trabalhos que valorizam a cidadania e que podem ser enquadrados como ação social

está intrinsecamente relacionada a todo um contexto social vivenciado no início desta década. O País presenciou o surgimento da Campanha Contra a Fome, e diante da evidência midiática desse movimento vários grupos pentecostais — como também a Igreja Católica — se pronunciaram salientando que há muito já “lutavam contra esse mal”. O jornal da Assembléia de Deus, “Mensageiro da Paz”, destacou em manchete que a igreja há muito efetuava em todo o País a “verdadeira campanha contra a fome”. Outros “movimentos de cidadania” como o “Rio Desarme-se”, liderado pelo pastor presbiteriano Caio Fábio D’Araújo Filho, também contaram com o apoio de vários setores pentecostais.

Deparamo-nos com toda uma movimentação de grupos pentecostais consoante o contexto social. Em época que está na moda falar em cidadania, muitas igrejas adotam esse discurso em suas práticas ou renomeiam suas atividades a partir dessa mentalidade. Com isso, presenciamos a criação de vários centros de assistência e um maior apoio institucional a trabalhos que valorizam a cidadania e que podem ser enquadrados como ação social.

Grupos pentecostais passam a apoiar projetos como a “Fábrica de Esperança”, sem falar da Igreja Universal do Reino de Deus, que criou sua própria campanha contra a fome, “Brasil 2000 — Futuro sem Fome”, e fundou uma entidade voltada para a área de assistência social, a Associação Beneficente Cristã. Outros tantos pequenos trabalhos são desenvolvidos e em muitas igrejas presenciamos a consolidação de atividades de atendimento e assistência a populações excluídas, voltadas principalmente para a reintegração desses indivíduos à sociedade.

EVIDÊNCIA SOCIAL E DESEJOS DE TEOCRACIA

Com um rápido, autônomo e dinâmico crescimento, os pentecostais representam nos anos de 1990 um emergente e importante ator social. Essa irrupção pentecostal é datada a partir de meados da década passada com a “bancada evangélica” na Constituinte e desde então muitos outros acontecimentos apontam e contribuem para maior evidência social desse grupo religioso.

Os pentecostais se encontram majoritariamente presentes entre as camadas mais pobres da população e há muito saíram de uma posição de anonimato social. Conhecê-los é uma tarefa difícil e que normalmente esbarra em preconceitos. Relacionar evangélicos com alienação, fanatismo ou ignorância não é algo mais admissível graças ao desenvolvimento de uma série de trabalhos, como aponta recente artigo do sociólogo Paul Preston (*Religião e Sociedade*, ISER; no prelo) ao citar aspectos positivos da presença evangélica na sociedade identificados por cientistas sociais (grifo meu):

"A transformação das igrejas evangélicas em religião de massas tem provocado uma reinterpretação do sentido do fenômeno, superando as análises mais ideologicamente restritas. Agora, a suposta 'alienação' pentecostal seria justamente fonte de mudanças efetivas, porque cria comunidades de descontinuidade e transformação (Burdick, 1994), enfrenta o machismo com mais eficácia que o feminismo (Brusco, 1993), representa a emergência de uma nova sociedade igualitária (Soares, 1993), sinaliza o nascimento de uma verdadeira sociedade civil (Aspásia Camargo, FSP 27/1/95), enfrenta de maneira mais convincente as questões do dinheiro, doença, crise moral e familiar (Fernandes, Convergência, 2/94), e constitui, pela produção de identidades e valores, a principal alternativa à cultura da droga (Ventura, 1994; Veja, 26/10/94)".

O que temos recentemente é um contexto de forte evidência social dos evangélicos, uma das minorias mais ativas no Brasil e que se encontra disseminada por toda a estrutura social. A maior presença desse grupo na sociedade amplia suas possibilidades de participação, são vencidos preconceitos e a adesão de pessoas dos mais diferentes setores passa a imagem de que os pentecostais podem ir além dos "humildes pregadores de praças" ou dos "suspeitos pastores bem vestidos". As redes de relação dos evangélicos são ampliadas, o que os tornam cada vez menos sectários e os fazem ganhar simpatia e acesso a novas esferas sociais.

Contudo, a outra forma de participação na sociedade se ba-

É fundamental que outros setores da sociedade, preocupados com uma sociedade mais justa, identifiquem as igrejas pentecostais como possíveis parceiros. Isso implica numa dose de "paciência" que permita o diálogo com elas e com sua peculiar linguagem

seia a partir do texto bíblico que mostra que os "servos de Deus" foram "escolhidos" para serem "cabeça e não cauda". Sob a égide da "teologia da prosperidade", cria-se todo um discurso de que cabe aos evangélicos a liderança e redenção da pátria, o qual é marcado por um forte triunfalismo e com rompantes, até mesmo, de uma desejável teocracia.

Nesse contexto presenciamos uma ativa ação política, principalmente caracterizada por um forte corporativismo e muito fisiologismo. Tal ação provoca preocupações, e caso continue se desenvolvendo na atual direção será responsável por uma triste contribuição dos pentecostais à democracia nacional. Atualmente são poucos os que se destacam devido a uma participação mais ligada aos interesses da população em geral. Percebemos, ainda que timidamente, a presença de pentecostais em grupos que se identificam com os "partidos de esquerda" por intermédio da ação do Movimento Evangélico Progressista (MEP) e de sua vertente socialista (MEPS), por exemplo.

Ainda não é possível definir o

papel reservado aos pentecostais em sua relação com a sociedade, pois temos variadas experiências na História, que vão desde a participação no importante movimento das Ligas Camponesas no período pré-1964 até sua participação na controvérsia "bandeira evangélica" de 1986, intimamente ligada ao "Centrão". Podemos dizer que presenciamos uma mescla de desejos "progressistas" (cidadania), comprometidos com uma sociedade mais justa e solidária, com desejos "reacionários" (teocracia), muitas vezes alimentada por um deslumbramento com a descoberta da força social evangélica. Uma série de recentes trabalhos apontam os pentecostais como uma potencial força de transformação social, os caminhos que serão trilhados ainda são uma incógnita, até o momento temos algumas demonstrações que se destacam por uma tímida participação na sociedade. Contudo, ainda precisamos de algum tempo para que seja possível um melhor dimensionamento e consolidação da prática de grupos pentecostais.

É fundamental que outros setores da sociedade, preocupados com uma sociedade mais justa, identifiquem as igrejas pentecostais como possíveis parceiros. Isso implica numa dose de "paciência" que permita o diálogo com os pentecostais e sua peculiar linguagem.

Alexandre Brasil Fonseca é sociólogo e atualmente desenvolve pesquisa de mestrado junto à UFRJ sobre a utilização da mídia por grupos evangélicos.

A IGREJA CATÓLICA E A PRESENÇA NA SOCIEDADE

Fernando Altemeyer Júnior

Nas décadas de 1950 e 1960, a ação social da Igreja Católica passava por novos caminhos e novas teologias: ação católica especializada, com as JAC, camponesas e as cooperativas de agricultores no nordeste e sul do País e o vigoroso Movimento de Educação de Base (MEB) com o processo de alfabetização. Tudo destruído pelo golpe militar em 1964.

No período da ditadura, a clandestinidade forjou um novo jeito de fazer (resistindo) a política popular. Surgem as CEBs, valorizando o movimento popular e as lutas de reivindicação local e ambiental. Com um sindicalismo arrochado e partidos sob controle, a via das bases restou como oásis dos democratas e dos que tinham consciência cidadã. Nesse dramático mas fértil período nasce a Teologia da Libertação e muita gente de Igreja partilha na prisão a mesma sorte dos presos não-crentes.

A reconstrução do tecido popular e das entidades civis foi sendo criada com suor e sofrimento. Recordamos o movimento contra o custo de vida, nascido de grupos de mulheres da periferia. Uns cresceram, outros ficaram intimidados. A fragmentação de movimentos e lideranças é hoje palpável e desafiante. Vivemos um momento de auge na luta pelas diretas-já e tanta gente das bases foi capacitada e apoiada para engajar-se nos movimentos sociais.

Um novo rosto cristão foi surgindo a partir desses cristãos leigos engajados: Pastorais Operá-

ria, da Terra, dos Migrantes, da Criança, do Menor, da Saúde, Carcerária, Pescadores, Nômade, Mulher Marginalizada e Cáritas. Muitas delas assumiram desde o início um perfil combativo em situações de grande conflito social. Outras passaram por transformações de um passado mais assistencialista, para uma visão e prática mais engajadas politicamente e de forte crítica às causas da exclusão social e econômica. Hoje elas se articulam na Pastoral Social (linha 6 da CNBB).

Mas em todo movimento histórico, quer religioso quer social, o desânimo e as pressões institucionais fazem-se sentir. Muita pressão e anos de luta alteraram o quadro da ação evangelizadora. Alguns pastores e leigos militantes se acomodam e outros se despertam. Um novo perfil do episcopado brasileiro foi também alterando a forma de presença e de visibilidade da instituição na mídia brasileira.

É fato permanente que as pastorais sociais e a ação social da Igreja são bem recebidas pela sociedade, exceto quando trate-se da defesa dos presos e dos marginalizados. Ainda há muita perseguição ideológica aos que defendem seriamente os direitos humanos dos pobres.

Apesar da complexidade e da diversidade que é o Brasil, quer como sociedade política quer como conjunto de comunidades cristãs, alguns passos estão sendo dados: lutas comuns pela moradia urbana e pela terra no campo; semanas sociais e debates

das questões centrais de cada região brasileira; e sobretudo momentos fortes de fé e compromisso social como o são as Romarias da Terra e dos Trabalhadores e o importante Grito dos Excluídos dado em todo o Brasil no 7 de setembro de 1995 e que irá se ampliar e repetir em 1996.

RESULTADOS PRÁTICOS

Se não podemos fazer um balanço numérico das derrotas ou vitórias populares, podemos dizer que lenta, mas firmemente, avançamos. Há maior pressão sobre as câmaras municipais, e em algumas cidades até o orçamento se decide comunitária e democraticamente. Muitas igrejas souberam abrir-se para o diálogo com outros cristãos e mesmo ofereceram seu espaço físico para a educação transformadora de jovens e crianças. O volume de cursos de profissionalização e de alfabetização de jovens e adultos é incalculável.

São pequenos serviços populares e muitas vezes não-remunerados que mudam a vida de muita gente. De modo exemplar, aqueles prestados ao povo de rua, aos menores abandonados, aos doentes portadores do vírus HIV e aos drogados. A constituição de uma Central dos Movimentos Populares tem sido motivo de esperança no papel articulador.

Em certos lugares, cooperativas e sindicatos nasceram dentro de igrejas e comunidades. Até mesmo militantes de partidos começam seu engajamento e re-

*Do meio do conflito
nasceu um novo rosto
do catolicismo popular,
mais engajado, profético
e transformador*

cebem o apoio de sua comunidade de fé. Sem proselitismo nem ingenuidade. Com competência e fidelidade.

TEOLOGIA DO SOCIAL?

Um primeiro documento universal que assumia o desafio de falar de Deus a partir das realidades contemporâneas intitula-se *Gaudium et Spes*, e foi promulgado pelos padres conciliares em 7 de dezembro de 1965, na última seção do Concílio Ecumônico Vaticano II.

Era algo mais que doutrina social, era uma nova maneira de falar de Deus e de apresentar a Igreja em diálogo com o mundo. Foi uma grande surpresa para a própria Igreja Católica, muito mais acostumada a cânones, dogmas e receitas morais. Tratava-se de diálogo, ética e fundamentos evangélicos para uma nova sociedade baseada no pluralismo e na solidariedade. Nasceram desse ventre fecundo a teologia negra, a ecológica, a feminina.

A Igreja Católica no Brasil, inspirando-se neste texto, criou planos de pastoral de conjunto e as chamadas prioridades de ação. Lançaram a Igreja dentro das disputas sociais. Muitos cristãos e clérigos perceberam o alcance dessa encarnação, mas outros assustaram-se. Assim uma grande tensão nas congregações religiosas, seminários e mesmo no episcopado pode-se sentir.

A produção bíblica inspirou o

compromisso, mas o engajamento político com um discurso às vezes monolítico e autoritário comprometeu belos trabalhos. O fundamentalismo de direita ou de esquerda brotou e fez feridas incuráveis.

Devemos notar que a Palavra de Deus, em meio à crise e aos sofrimentos, serviu de forte alimento para sustentar uma nova Teologia do Político, que passou a ser chamada de Pastoral da Fé e Política.

O surgimento de movimentos espirituais e o aumento da pobreza e da exclusão tornaram-se pontos de atrito nas comunidades do campo e da periferia. Alguns poucos grupos espirituais foram engajando-se e muitos grupos de luta descobriram a fonte inesgotável da vida mística.

Sabemos também que o sindicalismo passa por crise estrutural diante das pressões do neoliberalismo. As pontes, mesmo que ainda frágeis entre comunidades e sindicatos combativos, felizmente existem. Falta, entretanto, maior articulação e agilidade de comunicação. Não apenas na hora das greves e do conflito mas no cotidiano do trabalho e da formação humana.

Entre os cristãos e os partidos populares ainda há muita indiferença e medo. Os poucos militantes que se engajam ainda são mal-vistos e pouco apoiados. Com a Campanha da Fraternidade deste ano principiou-se certa abertura.

Pretender superar tantos séculos de um modelo piramidal como foi a cristandade por uma ação cidadã responsável e crítica é difícil e lento. Há, todavia, esperança, e muitos cristãos que são vereadores ou deputados honestos já representam um exemplo de que é possível mudar a

política, e que os valores éticos podem suscitar e gerar mais vida e justiça social.

NOVOS SUJEITOS HISTÓRICOS

Uma constatação clara é que são sobretudo as mulheres que multiplicam tempo e disponibilidade na construção de um novo tecido social no Brasil. Estão na luta pela terra, na questão da saúde e de gênero, nas reuniões de CEBs e mesmo nas associações de moradores e de favelas.

Negros e gente do mundo popular, que historicamente ficavam excluídos da política e mesmo das decisões de suas igrejas, hoje começam a falar, decidir e organizar. Uns trouxeram essa experiência e exercício da Igreja para o movimento. Outros levaram a democracia do movimento para dentro das comunidades. Nesse intercâmbio feliz, muita beleza e novos cristãos estão surgindo. São ainda poucos para tanto trabalho, mas são já sinais e testemunhas de Deus como sentinelas da justiça e seguidores de Jesus na construção do Reino.

Daquele passado rural e inspirado na Ação Católica, passamos a uma ação eclesial no mundo urbano e através das pastorais sociais. Nestes últimos cinqüenta anos de ação evangelizadora muitas crises e muito trabalho generoso. Do meio do conflito nasceu um novo rosto do catolicismo popular, mais engajado, profético e transformador. Confiamos que esta palavra germe e gere consciência, compromisso, vida e alegria.

Fernando Altemeyer Júnior, padre católico, coordena o Vicariato da Comunicação da Arquidiocese de São Paulo.

AS IGREJAS E A SOCIEDADE BRASILEIRA NO FIM DO MILÊNIO: CONCILIAÇÃO, CONFLITO OU O QUÊ?

Jorge Atilio Silva Julianelli

Trinta anos atrás pareceria quase heresia identificar a presença das igrejas cristãs na sociedade como um ministério. Esse é o legado mais importante: assumir que a presença solidária das igrejas na sociedade é cumprimento do mandado evangélico do serviço — *diakonia*. A comunidade — *koinonia* — das seguidoras e dos seguidores de Jesus está viva a serviço da vida ameaçada, cumprindo a missão de dar aos outros o que possui, a fé em Jesus Cristo, que, a exemplo de Pedro, faz os outros levantarem e colocarem-se a caminho. Não que faltem resistências a essa perspectiva pastoral que interconecta fé e vida, mas esse é, indubitavelmente, o principal legado dos últimos trinta anos.

Essa perspectiva inspirou, por um lado, entre as igrejas da Reforma, movimentos como os de ISAL (Igreja e Sociedade na América Latina), e entre setores da igreja romano-católica movimentos como Sacerdotes para o Terceiro Mundo e as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). Essas experiências desembocaram na formação do primeiro momento da Teologia da Liberação. Mais ainda, essas experiências levaram a uma compreensão politizadora da fé em Jesus Cristo. Isso provocou um envolvimento de mulheres e homens cristãos em movimentos associativistas, partidos políticos e outros mecanismos da sociedade civil em vistas da construção de democracias participa-

tivas e de uma economia mais justa.

Por um momento parecia que algumas instituições eclesiásticas haviam acreditado em um projeto eclesial mais amplo. Parecia preceder aos interesses específicos das instituições, tais como o próprio crescimento quantitativo, por exemplo, objetivos tão amplos quanto a animação de uma fé engajadora, que abrisse os olhos das pessoas — função desideologizadora — para as armadilhas sociopolíticas das práticas e discursos dos que mantinham os regimes de Segurança Nacional. Isso era assim devido, em grande parte, a um sem-número de documentos das igrejas que denunciavam as situações injustas e, até mesmo, apresentavam algumas propostas alternativas às mesmas.

Por outro lado, mesmo naquelas circunstâncias, era fato que não se tratava de uma postura majoritária das hierarquias eclesiásticas e mesmo da maioria dos fiéis. Tratava-se de uma atitude minoritária, muito embora, dadas as circunstâncias, extremamente influente. Em verdade, a vivência extra-oficial, mais propriamente eclesial que eclesiástica, dessa fé orgânica e adulta que procura interconectar todas as vivências política, econômica, pedagógica e erótica com a vivência da fé, é uma experiência minoritária. Nos universos do protestantismo cunhou-se a expressão das ilhas de dissidência, enquanto no romano-catolicismo observava-se a

formação dos inúmeros grupos críticos e de resistência, muito embora comprometidos com a manutenção da unidade eclesial e eclesiástica.

Além disso, não se pode deixar de notar como um legado fundamental a proposta de uma renovação eclesial, embasada tanto nas experiências do cristianismo primitivo como nas utopias comunitárias dos anos de 1960. Isso representou tanto uma renovação do protestantismo, especialmente daquelas igrejas mais próximas das igrejas do protestantismo de missão e migração, como do romano-catolicismo. No primeiro caso, significou um aprofundamento do compromisso e da presença entre os setores empobrecidos — vale dizer que a presença dessas igrejas era, e ainda é, majoritariamente entre as classes médias. No segundo representou a criação das CEBs.

Por fim, mas não menos importante, devemos notar a chamada irrupção dos pobres. Esse dado é um dos mais ambíguos. Por um lado, é inegável que houve uma aproximação maior das igrejas aos setores mais empobrecidos da população. Contudo, é igualmente inegável que os mais pobres entre os pobres permaneceram, em sua grande maioria, no mundo *extra ecclesia*. Por outro lado, essa aproximação tinha muitas intenções, entre as quais a política — o bloco histórico dos empobrecidos que, enfim, iria revirar a história. O paradoxo serviço ou poder

parecia se colocar, aliada aos pobres ou condutora dos pobres ao poder?

Em síntese, podemos afirmar que, entre outros, os legados dos últimos trinta anos consistem numa concepção de pastoral como serviço das igrejas e dos cristãos à sociedade, serviço comprometido com a promoção da vida e a defesa da vida sob ameaça; na novidade de uma experiência religiosa integradora de fé e vida, na qual a fé ilumina a vida e vice-versa, provocando uma conversão permanente das pessoas e das instituições; e no seguimento e aquecimento da utopia comunitária e da irrupção dos pobres na história e nas igrejas.

Destarte essas possíveis continuidades, é importante ressaltar o quanto pouco essas novidades brotam do interior das instituições eclesiásticas — reza a sociologia das instituições que elas cumprem a função básica de conservação, a renovação é, geralmente, provocada por um elemento externo. Cabe concluir que se renovação se deu foi devido ao impacto da sociedade sobre as igrejas.

O QUE A SOCIEDADE E AS IGREJAS ESTÃO DIZENDO UMAS ÀS OUTRAS HOJE?

É a sociedade quem traz questões para a vida das igrejas. Não nos é possível, dado o tamanho do artigo, sequer mencionar os processos de transformações mundiais, tais como a globalização. Hoje a sociedade brasileira é percebida de um modo mais complexo. Ela é plural e repleta de contradições. A um tempo senhora de um povo criativo e inovador, mas também miserabilizado, e com a pior distribuição de renda da América Latina — até por isso: a necessidade, que

As igrejas apresentam-se independentes das outras instituições da sociedade civil com as quais não contam sempre, e muitas vezes não precisam contar

não cria o órgão, possibilita a resposta. Trata-se de um país em processo de estabilização da vida democrática, crescente projeção internacional, conformador de blocos político-econômicos regionais, por um lado. Por outro, com grandes indicadores de processos de urbanização sem planejamento e crescente violência urbana, desmantelamento dos sistemas públicos de saúde e educação e aumentos de doenças epidêmicas, em processos confusos de reforma agrária e desatenção aos problemas dos povos indígenas.

Não cabe aqui uma análise detalhada dessa situação, por isso a descrição é apenas uma caricatura. Como toda caricatura destaca determinados elementos que são mais característicos:

- Pluralismo cultural e social. Sobretudo dois temas são muito importantes aqui: a presença social das mulheres e dos negros; e as transformações do universo religioso;
- Exclusão social. As transformações socioeconômicas implicam numa reestruturação dos empobrecidos que hoje, mais que marginalizados, encontram-se socialmente excluídos, considerados desnecessários e perigosos; acrescente-se a isso a ambigüidade do crescimento do desemprego em grandes centros e o crescimento do nível de emprego em áreas de menor absorção.
- Urbanização e esgarçamento do tecido social. O Brasil é um país mais urbano que há trinta anos, 75% da sua população vive em cidades. Conjuntamente a isso, há uma quebra das relações e dos vínculos tradicionais, sem substitutos aparentes, com crescentes índices de violência e criminalidade, e controle paralelo da sociedade pelo crime organizado; some-se a isso o desafio ecológico, que ademais não é apenas urbano.
- Reassentamento da sociedade civil. O processo de organização da sociedade civil está numa fase de institucionalização, nesse momento os grandes protagonistas têm sido o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e os dos povos indígenas (vide por exemplo a greve geral convocada pelas duas maiores centrais sindicais).
- Democratização e projeto Brasil real. A par disso há uma estabilização da vida política formal, com a continuidade dos processos eletivos; e a manutenção de um projeto Brasil para o mundo — abertura de mercado, privatizações, sucateamento dos serviços públicos sociais, enfim, a cartilha do *nhém-nhém-nhém* neoliberal que está implicando na ampliação relativa do mercado de consumo, atualmente da ordem de 32 milhões de pessoas, mas isso com um custo social elevado e, considerado, necessário.
- As igrejas com isso? Quais suas preocupações atuais? Quais suas análises? Não creio que pudéssemos afirmar que as igrejas não proferem mais, oficialmente, uma palavra sobre essas situações. No entanto, podemos afirmar que há uma desconexão cada vez maior entre os proferimentos das igrejas e a vida das comunidades eclesiás — até mesmo das CEBs. Isso se dá as-

sim como uma resposta aos processos da sociedade brasileira. Primeiramente, as instituições eclesiásticas tomaram para si, como principal desafio, o pluralismo sociocultural. Especialmente devido às transformações no universo religioso.

Isso as levou a assumir como projeto missionário o aumento quantitativo de suas fileiras de fiéis. Especialmente devido ao crescimento do pentecostalismo autônomo, mas não só. É verdade que quase todas as igrejas do protestantismo de missão e migração tinham na década de 1990 uma década missionária, muitas delas — a maioria — com projeto

ções em diálogo com os governos, especialmente com o governo federal — observe-se que esse diálogo institucional nunca deixou de existir, apenas foi menos importante durante o regime de Segurança Nacional e passa, agora, a ter uma relevância maior. Isso se adjunta ao descrédito das estratégias da "irrupção dos pobres" compreendida como disputa pelo poder. Em certo sentido representa um complicador para pensar a relação entre sociedade civil e Estado, porque as igrejas apresentam-se, em grande parte, independentes das outras instituições da sociedade civil com as quais não contam

quer seja na conformação de *lobbies* no legislativo, ou na participação como parlamentares, quer seja na relação direta com o poder executivo. Isso tudo conforma experiências eclesiásticas de relação com o poder legitimamente constituído muito mais intensa.

Por outro lado, há um prestígio das experiências de ações sociais formadoras de comunidades eclesiásticas e de promoção da vida entre os excluídos. Não que essas ações alternativas tenham deixado de surgir, mas apresentam-se em menor número e com menor prestígio, ainda, nas instituições eclesiásticas. As novas tensões do pluralismo sociocultural assim adentram as instituições, permanece a questão da relação libertadora com os povos indígenas — inculcação; apresentam-se as questões de uma formulação teológica feminista e de uma religiosidade cristã inculcada à negritude — e em diálogo com as religiões afro-brasileiras. O tema da ecologia começa a ser abordado, sobretudo numa perspectiva holística da fé.

O tema das relações econômicas injustas ganha outro relevo. As ações sociais com os excluídos aparecem como promoção da vida que se encontra sob ameaça: meninos e meninas de rua, população de rua. Situações como as das prostitutas e prostitutas começam a ter respostas pastorais criativas. A população soropositiva das igrejas e desprezada pela sociedade começa a receber atenção. Mas, isso tudo acontece como sinal, como ação de minorias entre as minorias, como pequeno grão de mostarda. Entretanto, as instituições eclesiásticas estão em busca de alguma forma que as possibilite crescer quantitativamente, quem sabe, também.



Lourdes Grzybowski

A presença solidária das Igrejas na sociedade é o legado mais importante dos cristãos

de crescimento. O mesmo está se dando com a igreja romano-católica, em circuitos da pastoral popular fala-se em concorrência leal, enquanto entre os mais conservadores fala-se em chegar até às massas afastadas. Nas duas estratégias está implícita a concorrência com o pentecostalismo. Isso é um entrave as incipientes experiências ecumênicas? tende à guerra santa?

Ademais, com a estabilização do processo democrático as igrejas apresentam-se como institui-

sempre, e muitas vezes não precisam contar.

Ora, a resultante disso é bastante complexa. Temos algumas iniciativas eclesiásticas que correspondem a um projeto de revitalização das experiências religiosas tradicionais próprias da sociedade brasileira dos anos de 1950 e anteriores em contraste às experiências religiosas integradoras de fé e vida. Não obstante, o peso político das instituições eclesiásticas é buscado na relação direta com o Estado,

É necessário observar, contudo, que essas ações solidárias de pessoas cristãs, que se dão em nome do seguimento a Jesus Cristo, assumindo o diaconato, não são majoritárias e estão, por lição histórica, muito mais humildes. A transformação da sociedade ainda é objetivada por quem se compromete a anunciar o Reino por meio da *diakonia*. Mas, a *diakonia* faz parte do reino dos fins, para que haja vida e vida em abundância, porque ela existe como serviço da esperança, ela se constitui como fomentadora de uma espiritualidade das seguidoras e dos seguidores do Cristo que crêem na Graça. A gratuidade passa a ser o meio no qual se vive o serviço. A luta política está subordinada ao serviço, e não o contrário — ao menos essa é a lição.

PARA ONDE PARECE IR A RELAÇÃO ENTRE IGREJAS E SOCIEDADE?

O futuro a Deus pertence, diz a sabedoria popular. Porém, podemos, ao menos, constatar algumas tendências, ou seja, possibilidades. Alguns dos cenários são:

1. Confirmação do projeto *Brasil real*: mercado de consumo interno de 50 milhões, integrações econômicas regionais e internacionais confirmadas e em ascensão; ampliação da exclusão social/crescimento do *apartheid* social, aumento da violência urbana, aumento das doenças epidêmicas.

2. Problemas na confirmação do projeto *Brasil real*: mercado de consumo interno de 50 milhões; problemas nas relações internacionais, especialmente nos blocos, devido a protecio-

Algumas iniciativas eclesiásticas correspondem a um projeto de revitalização das experiências religiosas tradicionais próprias da sociedade brasileira dos anos de 1950 e anteriores, em contraste às experiências religiosas integradoras de fé e vida

nismos de última hora; ampliação da exclusão social/crescimento do *apartheid* social, aumento da violência urbana, aumento das doenças epidêmicas.

As igrejas manterão um projeto eclesiástico de participação no poder formal, por um lado, e de concorrência pelo público no campo religioso em alta. É pouco provável que a concorrência pelo público leve a uma crise pública de perseguição religiosa aos chamados charlatães ou abusadores da fé pública como nos anos de 1930. Contudo, as relações ecumênicas formais — já tão difíceis — devem ficar ainda mais complicadas, malgrado a constituição de blocos táticos contra os pentecostais, especialmente o pentecostalismo autônomo e de conflito com as religiões afro-brasileiras. Por outro lado, deve haver um certo estímulo às ações emergenciais aos excluídos — ressurreição de assistencialismos. Ademais, devem permanecer ações minoritárias de promoção da vida sob ameaça e de formação de comunidades entre os empobrecidos.

3. Negação do projeto *Brasil real*: recrudescimento da demo-

cratização — regime de força, provocado, talvez, pelos setores refratários à reforma agrária, por exemplo; aumento gradativo do mercado de consumo interno para 40 milhões, por exemplo; dificuldades com as relações internacionais provocadas pela situação política; aumento da exclusão social/crescimento do *apartheid* social; aumento da violência urbana; aumento das doenças epidêmicas.

Esse quadro nós já quase assistimos. É muito pouco provável, contudo... não se pode descartá-lo. Nesse caso, poderia haver uma modificação drástica da posição das igrejas. As ações com os excluídos e com os formadores de opinião e de comunidades tenderiam a crescer, se fosse como no passado. Entretanto, é inegável que a questão do crescimento quantitativo ainda estaria colocada, e isso seria um complicador. De qualquer maneira, nesse quadro o problema político estaria muito mais acentuado e toda ação emergencial, mesmo assistencialista, colocaria uma questão necessária à redemocratização do Estado assim o foi. Haveria uma aproximação maior entre as minorias que atuam com os excluídos e os empobrecidos e as instituições eclesiásticas.

Cabe ainda uma palavra final: essas minorias, em muitos casos, estão no interior das instituições eclesiásticas, constituindo-se em seu paradoxo permanente!

Jorge Atílio Silva Iulianelli é mestre em Filosofia pelo IFCS/UFRJ e integra a equipe de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

DIAKONIA — A COMUNIDADE COMO CANAL DE SOLIDARIEDADE, PARTILHA E SERVIÇO

Claudio de Oliveira Ribeiro

A diaconia, como dimensão eclesial, permite uma síntese da vivência de fé comprometida com os desafios da realidade social e política com aquela de maior apelo devocional e “religioso”. Ela ajuda os grupos a olharem para fora de si mesmos e não se conformarem com a realidade (Cf. Romanos 12.1-2). Além disso, como são grandes os desafios, a dimensão ecumônica é reforçada e abrem-se novos canais para a unidade da Igreja.

A comunidade que olha somente para si perguntará sempre como Tiago e João — os filhos de Zebedeu — se podem, na glória de Cristo, sentar-se um à direita e outro à esquerda. Mas, Jesus os desafia: “Entre vós não é assim; pelo contrário, quem quiser tornar-se grande entre vós, será este o que vos sirva; e quem quiser ser o primeiro entre vós, será servo de todos” (Marcos 10.35-45).

CARIDADE E SOLIDARIEDADE

O termo caridade, como tradução da expressão bíblica do amor humano ativo e solidário, de fato, tornou-se desgastado devido às conhecidas práticas de assistencialismo na história das igrejas e dos grupos influenciados por esta perspectiva. No Brasil, em especial pela concepção autoritária e verticalista presente na cultura popular e das elites, prevaleceram o clientelismo ou as práticas desprovidas de

análises mais críticas em relação ao funcionamento da sociedade.

As perspectivas de ação pastoral e/ou política que, nas últimas décadas, enfatizaram as análises críticas caracterizaram-se, como se sabe, por estarem isentas de “fazer caridade”. Tratava-se de não agir em favor de grupos empobrecidos caso este esforço não estivesse objetivamente dentro de um processo progressivo de transformação social.

Todavia, a confluência do aumento dos níveis de pobreza e de desigualdades sociais com as reflexões em torno das incertezas quanto ao processo social fez com que novas práticas e concepções surgissem. Nessa perspectiva, multiplicaram-se os movimentos e os grupos de solidariedade, com as mais diferentes matizes e planos de ação. Tais iniciativas, de forma deliberada ou não, tendem a mobilizar setores amplos da sociedade, não restringindo-se aos eclesiásticos, por vezes sem capacidade para a superar as práticas meramente assistencialistas.

A partir dessas considerações é possível distinguir a caridade e a solidariedade. A primeira é, sobretudo, ato de doação; alguém que dirige-se para um outro, como o conhecido relato bíblico do bom samaritano (Lucas 10.25-37). Há nas ações de caridade uma separação entre o sujeito e o objeto. A solidariedade, no entanto, implica parceria, cooperação, estar junto, tal como foi a experiência dos pri-

meiros cristãos (cf. Atos dos Apóstolos 6 e 7). Portanto, a distinção não se baseia na dicotomia individual/coletivo, mas na possibilidade de interação entre sujeitos e de corresponsabilidade nas ações.

Com a atenção para que as práticas não se revistam de novas nomenclaturas e mantenham conteúdos já superados — como é comum nos campos de ação popular (basta verificar a identificação simplista das expressões “oprimidos” e “excluídos”) —, outros critérios de ação poderiam ser estabelecidos.

A tradição bíblico-teológica cristã apresenta a experiência de diaconia como síntese entre as ações humanas destituídas de interesse político objetivo (como a caridade bíblica) e aquelas que, por serem globalizantes e com ênfase na alteridade, sinalizam a compreensão utópica do reino de Deus (como as ações de solidariedade). A solidariedade caracteriza-se por ter o seu horizonte de resultados no tempo presente. A diaconia, como ação comunitária e participativa, inclui e ultrapassa a solidariedade, pois o seu horizonte de resultados encontra-se no tempo utópico, ou seja subordina-se à Deus e ao seu Reino.

VIOLÊNCIA E DIACONIA

A violência e a miséria estão no dia-a-dia das igrejas. Por isso a comunidade local é a *diakonia* que surge da negação da negação humana; semelhante à expe-

riência de Estêvão e outros cristãos do Novo Testamento (Cf. Atos 6 e 7). Desta negação irrompe a nova experiência de amor e serviço, como indica Milton Schwantes, no artigo "Toda a Criação gême e suporta angústias" (*Tempo e Presença*): "Experimenta-se a superação da violência através da solidariedade. A comunidade é este espaço novo e concreto para a redenção. A Bíblia não se cansa de insistir neste seu projeto. A comunidade, a igreja da base, viabiliza momentos de superação das opressões. Así as crianças são acolhidas: 'Deixai vir a mim os pequeninos'. As mulheres também testemunham, assumem sua palavra. Os escravos são integrados como irmãos. Nascem novas relações. E assim a violência é contida, de jeito concreto, pé no chão".

A razão do serviço e da partilha, da ajuda ao fraco e ao necessitado é algo que sopra como o vento, "lembra as palavras do Senhor Jesus que disse: 'Há mais felicidade em dar que em receber'" (Atos 20.35). A solidariedade, portanto, é fonte de prazer e está firmada nas expressões de gratuidade.

Todavia, a urgência do serviço cristão tem produzido nos setores de pastoral popular — protestantes e católicos — posturas dogmáticas e de imediatismo político. O que ocorre são tentativas de absolutizar o serviço cristão como tarefa humanamente realizável. A perspectiva de *diakonia* apresentada nesse trabalho relativiza tais tentativas

A confluência do aumento dos níveis de pobreza e de desigualdades sociais com as reflexões em torno das incertezas quanto ao processo social fez com que novas práticas e concepções surgissem, e multiplicaram-se os movimentos e os grupos de solidariedade, com as mais diferentes matizes e planos de ação



A diaconia é uma resposta solidária às demandas concretas criadas em torno do sofrimento humano

e afirma que a possibilidade do serviço é um dom gratuito de Deus. Neste sentido, tal como indicou Karl Barth, a Igreja pode e deve trabalhar com determinação, pois ela se realiza em conexões e relacionamentos bem definidos que justificam esta exigência. Mas adverte que isso será sempre realizado pela Igreja, mas com reserva em relação a si mesma, com a consciência da relatividade de suas decisões, de sua natureza provisória, de sua necessidade de constante

reforma e o seu estar sob — e não sobre — a Palavra de Deus.

REVISÃO E RESULTADOS

O critério da diaconia firma-se na resposta solidária às demandas concretas criadas em torno do sofrimento humano. Isso significa que tanto as iniciativas de caráter mais individual como as de caráter coletivo devem responder gratuitamente às necessidades humanas. Dessa forma, todas e quaisquer atividades estarão abertas àqueles que se sensibilizarem para as questões que afigem a sociedade. Por outro

lado, as demandas alcançam enormes proporções quantitativa e qualitativamente, o que significa dizer que os esforços e métodos necessitam ser plurais. Essa dimensão de ecumenicidade das ações solidárias e de serviço possibilidade, portanto, ações inclusivas de cristãos e não-cristãos, além de tantos outros cuja situação de ex-

clusão e proscrição não lhes permite atuar em espaços formais, eclesiásticos ou burocráticos. A diaconia baseia-se essencialmente nos valores evangélicos e pode ser vivenciada tanto nos espaços orgânicos e de maior institucionalidade como na dispersão e na diáspora da vida humana e do exercício religioso da fé.

A contribuição mais efetiva da experiência de diaconia para os diferentes projetos e entidades de serviço reside no fato de ela relativizar as tentativas de absolutização dos esforços de

Martha Braga

serviço e solidariedade como tarefa humanamente realizável. Esta perspectiva contribui para uma revisão de posturas dogmáticas e de imediatismo polstico, bastante comuns nos setores de pastoral e movimentos populares.

Os grupos ecuménicos, eclesiais ou polsticos, ao responderem suas demandas de ação social e de solidariedade, o farão com determinação dada a natureza e o sentido de suas existências. Todavia, cada grupo, ao ter suas realizações orientadas pela perspectiva de diaconia, possuirá, como já referido, permanentemente uma reserva em relação a si mesmo, a consciência da relatividade de seus métodos, decisões e de sua natureza provisória e a compreensão da necessidade de constantes revisões.

A diaconia, como expressão teológica de serviço e solidariedade, constitui-se sempre como ação relevante. Seus resultados poderão ser previsíveis ou não. Todavia, a relevância se dá em ambos os casos, pois pedagogicamente eles se situam na esfera da ação cultural.

NOVIDADE DE VIDA E JUÍZO

A eclesialidade firmada no amor pressupõe que o universo existencial de cada integrante da comunidade experimente a conversão, metanoia, uma nova concepção e atitude de vida. A exemplo da parábola do bom samaritano (Lucas 10.25-37) — cuja indagação “qual destes três te parece ter sido o próximo do homem que caiu? (...)” preconiza essa ruptura e decisão existencial —, as pessoas, em comunidade, renascem para a vida. Trata-se do aparecimento do

novo ser humano e de uma humanidade inteiramente nova.

Isso requer o aparecimento de pessoas fundamentalmente livres para criarem seu comportamento ante as exigências e possibilidades concretas deste mundo. Mas, quanto a esta postura, a compreensão de Barth é que a comunidade sempre viverá em situação de perigo e de instabilidade, porque sua missão de fazer justiça, ser luz no mundo e anunciar o domínio de Deus será sempre questionada por outros domínios. A mensagem da Igreja é suficientemente revolucionária para criar uma reação — compreensível, uma vez que

A diaconia baseia-se essencialmente nos valores evangélicos e pode ser vivenciada tanto nos espaços orgânicos e de maior institucionalidade como na dispersão e na diáspora da vida humana e do exercício religioso da fé

proclama uma nova humanidade e a necessidade de conversão, discipulado e cruz (Karl Barth).

À GUIA DE CONFISSÃO

Escrever estas palavras poderia ser tarefa simples se não fosse a consequente necessidade de contribuir para torná-las uma realidade cada vez mais presente. Não se trata de negar todo o ambiente de gratuidade que envolveu estas linhas; nem de pensar que é possível chegar a Deus

por esforços próprios. Mas, significa confessar a disposição de seguir a trilha do Espírito.

Todavia, é bom afirmar que a dedicação pastoral nem sempre possui a intensidade que as demandas da ação missionária requerem; que o espírito fraterno e de compreensão nem sempre é exercido; que nem sempre exerce a solidariedade e a partilha; e que a diversidade não é valorizada em todas as circunstâncias.

Estas noções acerca da vida das igrejas cooperam para uma aproximação entre as discussões teóricas/teológicas e as atuais demandas pastorais. É preciso que, na diversidade de contextos nos quais encontram-se pastores, pastoras, lideranças leigas e outros agentes educativos envolvidos na dinâmica eclesial — católicos ou protestantes —, surjam formulações práticas destas idéias.

O campo percorrido envolve muitos aspectos da vida e ação da Igreja. Portanto, cada linha poderia se multiplicar em novas questões, debates, conversas e outros textos. Para a prática pastoral latino-americana, tanto no ambiente católico como no protestante, o aprofundamento dessas questões constitui tarefa oportuna e bastante pertinente, uma vez que tais ambientes encontram-se em forte crise teológica e pastoral. Por outro lado, iniciativas desta natureza implicam sempre risco, assim como toda abertura à Presença Espiritual, ao Deus vivo, encarnado, mas “Totalmente Outro”

Claudio de Oliveira Ribeiro, pastor metodista na Baixada Fluminense e integrante de KOINONIA Presença Ecuménica e Serviço.

PERIÓDICOS DE KOINONIA

CONTEXTO PASTORAL

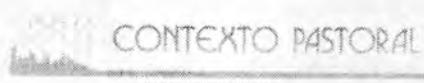
Um jornal-painel a serviço da pastoral e dos cristãos pela paz e justiça. Reportagens, análises, estudos bíblicos, entrevistas e muito mais para você ficar por dentro do contexto. Isso sem falar no Suplemento DEBATE, que aprofunda temas da conjuntura numa perspectiva teológico-pastoral.

Assinatura anual: R\$ 12,00

Assinatura de apoio: R\$ 18,00

Exterior: US\$ 18,00

Número avulso: R\$ 2,00



Desafios das CEBs
em tempos neoliberais



TEMPO E PRESENÇA

Com TEMPO E PRESENÇA você tem em mãos uma publicação singular. São páginas que constituem referência indispensável para todos os que se têm comprometido com a construção de uma realidade melhor. São análises dos mais relevantes temas da vida nacional e internacional sob variados pontos de vista.

Assinatura anual: R\$ 18,00

Assinatura de apoio: R\$ 25,00

Exterior: US\$ 50,00

Número avulso: R\$ 3,00



Os pedidos de assinatura, acompanhados com vale postal ou cheque nominal à KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, devem ser enviados para:

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

A/C Setor de Distribuição

Rua Santo Amaro, 129 Glória

22211-230 Rio de Janeiro RJ

Tel. (021) 224-6713 Fax (021) 221-3016

Exclusivamente no Rio de Janeiro